

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A NATUREZA DO ESTADO CAPITALISTA EM POULANTZAS E DERIVACIONISTAS

Ana Clara Oliveira Raft¹

RESUMO

Este ensaio apresenta a natureza do Estado capitalista em Poulantzas pelas obras "Poder político e classes sociais" e "O Estado, o poder e o socialismo". Foram considerados dois aspectos contidos nas obras do autor - a materialidade institucional do Estado e as manifestações da luta política dentro do Estado - que abarcam os conceitos principais das suas formulações: Estado capitalista, autonomia relativa, poder e classes sociais. As ideias do filósofo grego são colocadas em contraposição à Pashukanis - jurista russo - e à escola da derivação - que nasce na década de 1970 na Alemanha Ocidental, através de um grupo de pesquisadores marxistas.

Palavras-Chave: Teoria do Estado. Materialismo Dialético. Marxismo. Evgeny Pashukanis. Nicos Poulantzas.

RESUMO

This paper examines the nature of the capitalist State in the works of Poulantzas, specifically focusing on his books "Political Power and Social Classes" and "State, Power, Socialism". The analysis considers two key aspects discussed by the author: the institutional materiality of the State and the manifestations of political struggle within the State. These aspects encompass the central concepts in Poulantzas's formulations, namely the capitalist State, its relative autonomy, the dynamics of power, and the role of social classes. The ideas of Poulantzas are contrasted with the perspectives of Pashukanis, a Russian jurist, and the derivation school, a group of Marxist researchers that emerged in West Germany during the 1970s.

Palavras-Chave: States Theory. Capitalism. Evgeny Pashukanis. Nicos Poulantzas.

1 INTRODUÇÃO

O campo marxista enfatiza a necessidade de investigar fenômenos sociais através de suas manifestações concretas, dispensando tipos ideais. O materialismo

¹Mestranda em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo; Bacharel em Ciências Econômicas; anaclara@raft.net.br; O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

histórico, é o fio condutor da investigação do autor alemão sobre o funcionamento da sociedade capitalista em “O Capital”. O método é diferente da tradição científica positivista, pois rejeita o idealismo como método científico adequado, isto é, não admite uma investigação que se inicia completamente afastada das manifestações concretas do objeto. Assim, o materialismo histórico explica a sociedade na forma como os seres humanos produzem as condições materiais de sobrevivência. Em outras palavras, Marx e Engels propõem que a sociedade humana seja explicada pelo modo de produção do seu período histórico. É através da sua metodologia que podemos encontrar caminhos para a teoria política marxista (MARX, 2008).

Em “O Capital”, Karl Marx deixou claro o funcionamento do sistema capitalista na esfera econômica. No prefácio do volume I, Marx é direto quanto às suas pretensões de “*revelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna*”. Segundo o autor, no modo de produção capitalista ocorre a separação do trabalhador dos seus meios de produção, que passa a vender a sua força de trabalho como mercadoria para os capitalistas, em troca de um salário. Como sabemos, este salário será menor que o valor da mercadoria, produzido pelo trabalhador. Por sua vez, este excedente, a que Marx identifica como mais-valia, é apropriado pelos capitalistas na forma de lucro, ainda que não o pertença. É esta a tônica do esquema $D - M - D'$, onde o dinheiro investido inicialmente (D) divide-se, na etapa de produção (M), em meios de produção e força de trabalho e termina com acréscimo (D'), em um ciclo infindável (MARX, 2013).

Mas a sociedade capitalista não é explicada apenas pela base econômica descrita brevemente acima - ainda que esta tenha um peso importante - e Marx não tinha pretensão de se restringir ao campo econômico. Entretanto, o autor faleceu deixando um vácuo na teoria política marxista. Mais de um século após a sua morte e o marxismo ainda é permeado por percepções divergentes acerca da natureza do Estado capitalista e poucos são os consensos no que se refere ao tema. Até meados do século XX, era dominante uma visão instrumental e economicista do Estado, visto como mero apêndice da classe dominante, parte externa do capitalismo, não muito diferente das concepções contratuais burguesas. Ainda que críticos a esta

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

perspectiva já tenham aparecido com seus estudos desde o início do século XX, somente em 1960 há o surgimento e popularização de uma série de estudos robustos que questionavam a teoria política marxista na época.

Nicos Poulantzas, filósofo marxista grego, começa a investigar a natureza do estado capitalista ainda em sua juventude, em um momento cultural e político decisivo para o mundo. Em 1968, Poulantzas publica a obra *“Poder Político e Classes Sociais”* - ainda influenciado pelo estruturalismo francês de Althusser, onde define o Estado como espaço de reprodução das classes sociais, articulado à infraestrutura. Passados dez anos, escreve a obra *“O Estado, O Poder, O Socialismo”*, rompendo com a visão althusseriana e definindo o estado como uma condensação material da correlação de forças de uma classe social e as suas frações, afirmando que a luta de classes não ocorre apenas na base econômica (infraestrutura), mas também na superestrutura.

Apesar da sua convicção nada modesta de que havia completado a teoria política marxista (JESSOP, 2013), suas contribuições jamais constituíram consenso no campo teórico, mas fundamentais para suscitar discussões mais aprofundadas e elaboradas quanto à natureza do Estado capitalista. Poulantzas estava correto ao afirmar que o Estado não pode ser visto de forma instrumental ou uma casca vazia, pronta para ser tomada por qual seja classe social. Segundo Jessop (2013), o brilhantismo em suas obras está em perceber o Estado como relação social, assim como o Capital descrito por Marx. Essa percepção foi uma das catalisadoras do debate que resultou na Escola da Derivação, que coloca o Estado como fenômeno particular do capitalismo, e não como condição da organização social presente em diversos modos de produção.

Neste ensaio são apresentados brevemente dois aspectos explorados por Poulantzas para explicar a natureza do Estado capitalista: a materialidade institucional do Estado e as manifestações da luta política dentro do Estado. Esses dois temas são tratados dentro da obra *“O Estado, o poder e o socialismo”*. Por fim, apresenta-se um contraponto às suas ideias através da Escola da Derivação através de Pashukanis e Nakatani. Não há pretensão sistematizar todo o debate sobre a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

natureza do Estado capitalista entre os autores, numa análise profunda, enseja-se apenas introduzir uma parte dos estudos da teoria política marxista, que segue em construção nos dias atuais.

2 O ESTADO CAPITALISTA SEGUNDO POULANTZAS

A compreensão da natureza do Estado em Poulantzas exige-nos conhecimentos de duas de suas obras, isso porque a base conceitual da sua teoria foi construída em *"Poder político e classes sociais (1968)"*. Dez anos depois, o autor desenvolve uma teoria do estado marxista, onde afirma pretensiosamente ter ocupado o vazio deixado por Marx e Engels no campo da teoria política no livro *"Estado, o poder, o socialismo (1978)"*. Nas duas obras, é possível exprimir conceitos importantes para a construção da teoria política marxista moderna, dentre os quais podem ser destacados: autonomia relativa, poder, classes sociais, grupos de poder e o Estado capitalista. No último livro, tem como objetivo geral esclarecer *"por que a burguesia geralmente recorre com a finalidade de dominação, a este Estado nacional-popular, a este Estado representativo moderno com suas instituições próprias, e não a um outro?"* (POULANTZAS, 1978, p. 15).

O livro "Poder Político e Classes Sociais" foi publicado em 1968, um momento de profundas transformações sociais no mundo. Na política, houve uma nova onda de mobilizações e protestos, com uma nova geração questionando o desenvolvimento do pós-guerra. Em Paris, a juventude saiu às ruas para se opor ao sistema político e cultural vigente, enquanto na Cidade do México os estudantes protestaram contra a crescente repressão do governo. Praga também foi palco de um movimento estudantil que exigia maior liberdade política. No Oriente, a Revolução Cultural Chinesa avançava, transformando a sociedade chinesa em seus aspectos culturais, políticos e econômicos. Nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis e o movimento pacifista contra a Guerra do Vietnã ganharam força, mobilizando milhões de pessoas em todo o país. Essas transformações também aconteceram no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



campo ideológico, com uma revitalização do marxismo e a emergência de novas correntes de pensamento crítico (FERNANDES, 2019).

Poulantzas tinha por objetivo, sobretudo, afastar explicações simplificadoras e instrumentais quanto ao Estado capitalista, desde a juventude. Era discordante da visão marxista economicista que reduzia o Estado à dominação política, admitindo a possibilidade de cada classe dominante produzir o seu próprio Estado, de acordo com seus interesses. Para o autor, a própria atividade do Estado nessa visão não oferecia qualquer inovação, visto que suas funções emanariam da vontade da classe dominante. Mesmo se tratando da economia, a concepção economicista-formalista considera-a cristalizada através dos diferentes modos de produção, ocultando as lutas travadas também no cerne das relações de produção. Isso porque, o Estado e economia seriam meros reflexos da base econômica (POULANTZAS, 1978)

Segundo o autor, essas concepções consideram possível e legítima uma teoria geral do Estado e da economia, cuja extensão, campo e sentido seriam os mesmos em diferentes modos de produção, desconsiderando os estágios e fases do capitalismo, separando-a da história de sua constituição e reprodução. Tampouco o autor aponta, ser necessário cair na simplificação positivista ao construir um tipo ideal, mas é preciso elaborar uma teoria que relacione este Estado com as lutas políticas do capitalismo, categorias em movimento e não estáticas. Não é dever do marxismo conceber teorias gerais do estado ou mesmo economia, com objetos invariantes e imutáveis, pois não cabem no método materialista-histórico (POULANTZAS, 1978).

2.1 A materialização institucional do Estado

Na obra de 1978, Poulantzas rompe com a sua primeira concepção do Estado como instrumento de repressão da classe dominante, mesmo quando age de forma autônoma, posição essa influenciada pelo estruturalismo francês de Louis Althusser. Assim, defende que o estado não é um produto integral das classes dominantes, mero emanador apenas de suas vontades. Em vez disso, Poulantzas passou a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



afirmar que o Estado “é a condensação, material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1978, p. 147). O Estado seria, portanto, uma relação social, como o Capital definido por Marx “(...) o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas.” (MARX, 2013, p. 836). Para o autor, essa formulação evita os impasses de interpretações que concebem o Estado como coisa-instrumento ou como sujeito.

Na primeira parte, “*A materialização institucional do Estado*”, Poulantzas (1978) discorre sobre os papéis desempenhados pelo Estado enquanto condensador das relações de força. A relação entre trabalho manual e intelectual, saber e poder é crucial para entender o papel do Estado. Marx enfatizou a separação do trabalhador entre corpo e mente na fábrica, enquanto Poulantzas mostrou que isso também ocorre dentro do Estado. Através do trabalho intelectual, o Estado controla o saber e poder em seus aparelhos, reproduzindo a ideologia para legitimar suas práticas interna e externamente. Os intelectuais, especializados na difusão do saber-poder, estão em diferentes aparelhos do Estado (CÁRIO, 1989). Poulantzas (1978) descobriu que a luta de classes surge da forma como a classe dominada exige mudanças nas estratégias do Estado em relação à divisão do conhecimento e à separação entre trabalho manual e intelectual. A contra-hegemonia é desenvolvida dentro dos aparelhos do Estado como parte da luta de classes.

Por sua vez, as relações de produção no sistema capitalista preveem a divisão social do trabalho. Assim, é constituída uma cadeia de produção de organização contínua, homogênea e dividida. Isso significa que todos os processos estão integrados para produção da mercadoria e que os trabalhadores ocupam uma posição distinta e definida nesta cadeia. O Estado contribui para esse processo de individualização à medida que cria normas para transparecer um corpo social homogêneo, mas que na realidade tem diferenças claras na sua hierarquia. Assim, afirma Poulantzas que essa homogeneização criada através da norma gera a individualização, impossibilitando a organização dos trabalhadores pelos seus

PROMOÇÃO



APOIO





interesses, mas mantém condições para que os capitalistas permaneçam como classe dominante (POULANTZAS, 1978)

A materialidade institucional do Estado também é percebida através do papel da lei no âmbito do poder. Segundo Poulantzas (1978), a lei é parte constitutiva da ordem repressiva do Estado. Entretanto, não existe nenhuma separação entre lei e repressão, na verdade, o direito é um mecanismo de coesão das normas que definem os comportamentos individualizados. Dessa forma, quando a classe dominante ocupa o Estado para fazer política, ele também transfere a luta de classes para o campo político, pois cria-se um espaço para que as demais classes dominadas também possam interpretar as leis e traduzi-las na satisfação dos seus interesses (POULANTZAS, 1978).

A Nação é uma percepção incorporada pelo Estado, que se manifesta nos aparelhos de Estado. Objetivamente, o autor afirma que o Estado capitalista funciona como nação, ao desenvolver uma unificação que impede a classe dominada de compreender a sua verdadeira identidade. No entanto, o Estado capitalista ainda mantém a capa de instituição inclusiva, de modo que os membros do povo pensam que estão inseridos no processo de transformação da sociedade (POULANTZAS, 1978).

Nos quatro pilares da materialidade institucional do Estado capitalista, Poulantzas mostrou como é a sua operação para sintetizar o equilíbrio de forças nas lutas políticas internamente. Mas ainda que o Estado capitalista sirva para organizar as classes dominantes e para desorganizar as classes dominadas, existe uma natureza fraturada e fragmentada do aparelho de Estado. Essa percepção é singular, pois Poulantzas enxerga as classes dominadas e suas lutas dentro do Estado, bem como também longe da instituição (JESSOP, 2013).

2.2 As lutas populares no interior do Estado

Na segunda parte, "As Lutas Políticas: O Estado, Condensação de uma Relação de Forças", o autor faz uma análise do Estado em termos de dominação e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de luta política, apresentando como a luta de classes ocorre no seu interior. Neste momento do livro, Poulantzas enfatiza que para explicar a reprodução histórica do Estado capitalista deve-se enfatizar as metamorfoses do objeto, no contexto da luta e dominação política e ossatura institucional do Estado. Ao buscar distanciamento total das explicações que consideram o Estado como um instrumento direto da classe dominante, o autor apresenta ao longo destes capítulos os elementos que evidenciam esta autonomia relativa. Necessariamente, precisamos ter compreensão clara da natureza de classe do Estado, considerando as dominantes e dominadas (POULANTZAS, 1978).

Em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização e representação dos interesses políticos do bloco no poder. O Estado forma a unidade política das classes dominantes, mas que não constitui um bloco monolítico sem fissuras. Poulantzas (1978) então compreende que o Estado capitalista age como condensador das relações de classe e frações de classe através da política de Estado. Estas ações podem, por vezes, expressar as vontades da classe dominada, demonstrando a natureza contraditória desta relação. O autor pretende, portanto, demonstrar uma das facetas da luta de classes no interior do aparelho de Estado, mas sem sugerir que as classes dominadas teriam real controle dentro da instituição (POULANTZAS, 1978).

Através dessa compreensão, Poulantzas (1978) enxerga a luta de classes inscritas na materialidade institucional do Estado, não da mesma forma que as classes e frações dominantes, mas com especificidades. A relação subordinação-dominação vai garantir a presença das classes dominadas como quem são no seio do Estado. Entretanto, no modo de produção capitalista e, portanto, um Estado capitalista, ainda que as classes dominadas revertam essa relação de forças, o resultado nunca será permanente, pois logo o Estado irá restabelecer em nova forma as relações de força favoráveis à burguesia. Assim, Poulantzas (1978) enfatiza que a ação das classes populares é condição primeira para assegurar transformações, mas não será a única, tampouco suficiente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em sua análise da natureza relacional do poder, Poulantzas define-o como a capacidade de uma ou determinadas classes sociais em conquistar os seus interesses. Portanto, o lugar ocupado por determinada classe é o seu poder de fato é que determinará a posição das demais classes no sistema. No entanto, a relação com o poder jamais será de exterioridade, dentro ou fora do Estado os agentes serão influenciados pelo poder (POULANTZAS, 1978)

Na realidade, estar completamente fora do Estado é suficiente para que o estatismo ganhe terreno estratégico diante do adversário. Assim, reconhece o Estado como reflexo da relação de classes e forças sociais. Portanto, o poder de Estado nada mais é que o lugar ocupado pelas classes dominantes frente às dominadas. Essa relação torna-o espaço de organização estratégica das classes dominantes e com espaço, dado ao seu caráter heterogêneo e contraditório, para que as classes dominadas possam também buscar atender seus interesses. (POULANTZAS, 1978)

No prefácio de sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), Marx considera a sociedade em duas esferas. Na infraestrutura encontra-se a base econômica, descrita como a totalidade das relações de produção, que se desenvolvem à revelia da vontade humana, à medida que trabalham para produzir socialmente a sua existência. Sobre esta base real surge uma superestrutura política e jurídica, condicionada ao modo de produção da vida material, determinando, assim, a vida social, política e intelectual humana. Neste preâmbulo, o autor deixa claro que a luta de classes está dentro do Estado, ainda que contida e limitada. Mas essa é uma interpretação que assume uma certa dissociação da superestrutura e infraestrutura, cuja implicação é não enxergar o Estado de forma orgânica no capitalismo.

Poulantzas argumenta que a análise do Estado deve reconhecer sua especificidade política como pré-requisito para conceitos científicos. Ele não nega a relação entre as formas políticas e a sociedade burguesa, mas considera "O Capital" uma análise do nível econômico, enquanto os conceitos políticos devem ser desenvolvidos em seu próprio nível. Sua preocupação é superar interpretações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



economicistas, embora ele não relacione adequadamente essas interpretações com as contradições do capital. Segundo Poulantzas, as determinações teórico-classistas do Estado têm duas consequências: 1) incapacidade de analisar o desenvolvimento das formas políticas; 2) limitações impostas ao Estado pela relação com o processo de acumulação do capital. Para ele, os limites da atuação do Estado são determinados pela luta de classes, não pela lógica de acumulação do capital. Esse é o ponto de partida do debate alemão da derivação do Estado, crítica aos teóricos que separam o estudo da política da acumulação do Capital (HOLLOWAY; PICCIOTTO, 2017).

3 O ESTADO CAPITALISTA SEGUNDO A ESCOLA DA DERIVAÇÃO

A escola da derivação surgiu em 1970 com um grupo de marxistas da Alemanha Ocidental que procurou estudar o Estado e Direito em contraposição ao keynesianismo, stalinismo ou neoliberalismo - na época ainda em crescimento. No âmbito da contribuição acerca da natureza do Estado, os teóricos dessa vertente afirmam que este deriva do capitalismo, como resultado do modo de produção e relações sociais próprias do sistema, e não como apêndice da classe dominante. A teoria da derivação procura mostrar como o Direito expressa a lógica particular do capital, produzindo dois resultados: a crítica do Estado como um todo e rejeição das expectativas que reformas jurídicas ou políticas solucionarão os problemas sociais (CALDAS, 2013).

Nesse sentido, o ponto de partida para compreensão dessa escola de pensamento é Evgeny Pashukanis, jurista russo, que no livro “*A teoria geral do direito e marxismo*” (1924) uma aproximação da ‘forma direito’ da ‘forma mercadoria’. Esta é considerada uma inovação teórica ao aplicar o método do materialismo histórico às categorias jurídicas. Para Pashukanis, o direito é uma forma de relação social que surge da divisão da economia entre aqueles que possuem a propriedade dos meios de produção e aqueles que não possuem. Os estudos do autor focaram nas estruturas econômico-sociais que formam a base da superestrutura do direito e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



do Estado, sendo assim, se posicionando contra as ideias do normativismo jurídico, mas também da própria concepção oficial do regime de Stalin (CALDAS, 2013; PASHUKANIS, 2017).

As ideias de Pashukanis representaram um confronto com o pensamento oficial do regime de Stalin, com as teorias do capitalismo monopolista de Estado e também com as formulações de Engels sobre o Estado, que são encontradas na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Para o autor, o Estado não é um instrumento de violência acima das vontades individuais ou simplesmente objeto que expressa vontades de uma classe. Assim, não credita ao Estado um caráter de independência ou exterioridade, que pudesse ser tomado por qualquer classe. Os paralelismos traçados para compreensão do Estado, usando o mesmo referencial metodológico de Marx em “O Capital”, revelam o caráter particular do Estado capitalista (CALDAS, 2013). Nesse sentido, a busca por uma explicação que considerasse o Estado a partir das suas manifestações concretas é o que aproxima Poulantzas do jurista russo, especialmente quando o filósofo grego rejeita o Estado como apêndice das classes dominantes.

Entretanto, as diferenças ainda são claras, as críticas de Poulantzas a Pashukanis concentram-se na ausência da autonomia relativa do Estado e ainda do próprio método escolhido em sua crítica ao jurista. As observações de Poulantzas ao pensamento de Pashukanis referem-se principalmente ao fato de desconsiderar a autonomia relativa do Estado no desenvolvimento de sua teoria, e ainda pela valorização da base econômica em paralelo às relações jurídico-estatais, classificando-o como economicista (AMORIM, 2011). As críticas do jovem Poulantzas obedecem a um prisma que coloca o Estado com certa autonomia da infraestrutura, de modo que possa administrar a relação entre as classes sociais e assegurar, no longo prazo, os interesses da burguesia.

As formulações de Pashukanis serviriam, quase 50 anos depois, como motor propulsor da teoria da derivação, que sugere o Estado como uma forma particular do capitalismo, inexistente nos modos de produção prévios - e talvez posteriores. Nakatani (1987), aponta o seu surgimento em oposição à concepção burguesa e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

instrumentalista, que separa Estado e Capital. Na primeira perspectiva, o Estado aparece como instituição acima do capital e da sociedade, com total autonomia e capaz de suprimir as contradições do capitalismo, sem extinguir o capital. Na segunda hipótese, admite-se a ideia de que o Estado é um mero instrumento da classe dominante, seja ela o proletariado ou não. Em ambos os casos, o Estado é considerado um elemento exterior ao capitalismo e vazio, de modo que poderia ser preenchido com qualquer conteúdo.

A escola da derivação apresenta a relação Estado/capital de maneira orgânica. Para tanto, concentra-se no estudo da “forma Estado”, deduzindo-a das contradições da dinâmica do capital. Segundo o autor, a natureza desta relação dá ao Estado a sua essência capitalista. Nakatani (1987) define a relação orgânica do Estado/capital, através da percepção de que ambos estão situados no mesmo nível de abstração. Por isso, separá-los não é uma tarefa possível. A partir disso, o autor afirma que o trabalho desenvolvido pelas leituras supracitadas não é propriamente a dedução do Estado, e sim a intervenção estatal a partir das contradições da reprodução do capital. Assim, a chamada “forma estado” não pode estar condicionada às necessidades do capital e deve ser deduzida a partir do ciclo do capital. Nesta visão, o Estado é, pode-se dizer, a “bengala” do capital, lutando contra a tendência de queda da taxa de lucro. Em geral, a condição está imposta, a prioridade é garantir o processo de valorização do capital.

O Estado, enquanto capitalista coletivo ideal, tem sua essência derivada da categoria do Capital. Sua função principal é atuar como garante das relações de produção e participar das decisões relacionadas a essas relações. Portanto, suas intervenções visam satisfazer essas necessidades, diferenciando-o dos capitais individuais e mantendo-o como uma abstração - categoria. A generalização das mercadorias resulta na fetichização das relações sociais, colocando o Estado em uma posição superior às classes sociais, mas também desfetichizando-as, posicionando o Estado ao lado e acima da sociedade civil. O Estado representa os interesses gerais do capital, sendo uma abstração real que se materializa na forma de regime político na luta de classes. No entanto, é importante ressaltar que o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estado não é o próprio Capital, havendo apenas um vínculo orgânico entre eles (MATHIAS; SALAMA, 1983).

4 CONCLUSÃO

As interpretações do marxismo a partir dos anos 60 configuram um esforço do campo teórico em compreender a natureza do Estado capitalista, em uma época de profundos avanços do sistema quanto à reprodução das desigualdades sociais. As ideias apresentadas neste breve ensaio convergem ao rejeitar proposições que colocam o Estado como coisa ou sujeito, ou seja, instrumento das classes dominantes, exterior às relações sociais e indiferente à história.

No entanto, as formulações de Poulantzas separam o Estado da instância econômica - não que o autor rejeitasse as relações econômicas e políticas no capitalismo - sem conseguir determinar em qual medida e como a base econômica influi no meio político. Além disso, o autor não consegue situar o Estado para além do tempo histórico, dificultando o entendimento completo sobre quais razões levam a relação profunda entre o Estado e a economia capitalista. Vale ressaltar que a busca pela via democrática para o socialismo foi um elemento central ao longo de toda sua obra na maturidade, o seu fio condutor.

No capitalismo do século XXI, onde as ideias da social democracia voltam a aparecer como remédio para as mazelas sociais, evidenciando os limites da atuação estatal. Compreender o Estado como instituição própria do capitalismo impede manifestar qualquer poder transformador. A teoria da derivação ao apresentar o Estado como forma orgânica ao capital ajuda a compreender seus fenômenos e comportamentos, em especial quanto a sua atuação junto às classes dominantes. No capitalismo, a primazia é a reprodução do capital, portanto, o Estado surge como instituição cujas características, funções e atuação nascem com o próprio capitalismo.

Entretanto, não podemos confundir Estado com a forma Estado, que conhecemos simplesmente como os governos de cada região. O fato é que o Estado

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



através da ideologia, violência e poder irá perpetuar o capitalismo, não freá-lo. Será, como deixam claro os derivacionistas, um apoio para o capital na luta contra a tendência de queda da taxa de lucro. A escola da derivação a localização certa do Estado no devido tempo histórico e econômico, não apenas para identificar a sua manifestação no modo de produção capitalista, mas para evidenciar o seu caráter particular e, portanto, a sua vocação. Assim, mudanças efetivas dependem de uma alteração na base econômica da nossa sociedade.

A natureza do Estado a partir da luta de classes, como sugere Poulantzas, pressupõe uma separação entre político e econômico (abstrato e concreto) difícil de ser observada na prática. A luta de classes ocorre no nível mais concreto, enquanto o Estado é uma abstração, que não pode ser confundida com os regimes políticos. Além disso, hoje, a luta política não representa as classes sociais, mas os grupos políticos burgueses em disputa. Essas características ficam ainda mais evidentes nos momentos de crise do capital, como a crise financeira internacional de 2008, a recente crise em torno da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov2 e agora na recém revelada crise financeira no Silicon Valey. Nestes casos, o Estado foi chamado para salvar o capital, sob diferentes rótulos, os grandes grupos produtivos e financeiros internacionais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, I. G. Nicos Poulantzas e suas críticas à teoria geral do direito de Evgeni Pachukanis. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 9, p. 67-79, 2011. Disponível em: <abre.ai/fXy8>. Acesso em: 09 de março de 2023.

CALDAS, C. O. **A teoria da derivação do Estado e do direito**. Editora Contracorrente, 2021. Disponível em: <abre.ai/gbaL>. Acesso em: 09 de março de 2023.

CÁRIO, S. F. A natureza do último pensamento de Poulantzas acerca do estado capitalista. **Textos de Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-50, 1989. Disponível em: <abre.ai/gbaK>. Acesso em 09 de março de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FERNANDES, R. **Resenha de Poder político e classes sociais. Nico Poulantzas, Campinas: UNICAMP.** Campinas, [s.d]. Disponível em: <abre.ai/gbaH>. Acesso em 10 de março de 2023.

HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. Hacia una teoría materialista del estado. In: BONNET, A.; PIVIAN, A. (Org.). **El debate alemán sobre la derivación del Estado.** Buenos Aires: Herramienta, 2017. p. 81-125.

MARX, K. **O Capital.** Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATHIAS, G; SALAMA, P. **O Estado superdesenvolvido: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 15-43.

NAKATANI, P. Estado e acumulação do capital. Discussão sobre a teoria da derivação. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 5, n.8, 1987, p. 35-64. Disponível em: <abre.ai/gbaM>. Acesso em 09 de março de 2023.

PASHUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. -. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Poder político e classes sociais.** Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO